

Difícil convivência com o livre mercado



**Maria Clara
R. M. do Prado**

A questão federal levantada há quatro dias por parte da Petrobras, em torno do reajuste de 2,2% no preço da gasolina nas refinarias, vem mostrar que o governo não está ainda totalmente preparado para conviver com a abertura do mercado que ele próprio viabilizou.

Desde 1º de janeiro, está liberalizada a importação de gasolina e de óleo diesel.

Significa, teoricamente, que qualquer empresa idônea poderá pedir e obter autorização da Agência Nacional do Petróleo (ANP) para comprar aqueles derivados em outros países com o objetivo de abastecer o mercado interno. Sabe-se que cinco empresas já foram autorizadas, mas se alguma quantidade de gasolina ou diesel de fora entrou no País até aqui não chega a ser expressiva.

É um processo lento; o ponto que se levanta agora, porém, é que poderá voltar à cena mais adiante é de outra ordem.

Tem a ver com a “tradição” no País, aparentemente arraigada no seio político, de se tratar preço de gasolina como se ainda existissem o CIP, a Sunab, o CNP e a PPE. Um a um, esses conselhos e superintendências que se incumbiam do controle de preços em setores considerados “chave” ou “de segurança” foram desaparecendo.

A última sigla a evaporar, para o bem do consumidor brasileiro e do contribuinte, foi a PPE, a “parcela de preço específica”, vulgarmente conhecida como conta-petróleo.

Foi substituída no final do ano passado pela Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), uma figura que Everardo Maciel sacou do fundo do baú do código tributário do País e que tem a característica de arrecadar só para a União.

As pendências contábeis entre a Petrobras e o Tesouro Nacional, por anos acumuladas na conta-petróleo, estão sendo auditadas. Até meados do ano se conhecerá o acerto definitivo, mas suspeita-se, na área econômica de Brasília, de que dos R\$ 2,3 bilhões líquidos de saldo daquela conta, apurado em 2001, uma sobra de cerca de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões acaba voltando para o Tesouro Nacional.

Do ponto de vista fiscal é, portanto, um capítulo negro que chega ao fim.

Mas e os preços? Ora, se são livres, devem permanecer livres para cima ou para baixo. Mas como, se o refino interno ainda é dominado, em mais de 90% do mercado, pela Petrobras?

Bem, o problema aqui deve ser bem dimensionado.

Primeiro, a contestação feita na sexta-feira pelo presidente Fernando Henrique, contra o reajuste de 2,2%, deve ser entendida no contexto político montado há cerca de um mês, quando foi induzido por auxiliares a anunciar uma queda de 25% de preço dos derivados na refinaria e de 20% para os consumidores.

Foi um anúncio descabido, por estarem os preços livres (e, portanto, fora de controle), e precipitado, por ter gerado uma expectativa de redução a curto prazo que dificilmente ocorreria generalizadamente.

Ora, se o próprio presidente prometeu publicamente que os preços cairiam 20%, nenhuma outra poderia ter sido sua reação quando confrontado com a perspectiva de aumento, sendo este de iniciativa da Petrobras, uma empresa na qual é o representante

máximo do acionista majoritário. Politicamente, só poderia ter reagido como reagiu, ainda que a redução de 25% em janeiro nas refinarias tenha significado “dumping” (abaixo dos custos), como alegaram os concorrentes da Petrobras. É o outro lado perverso da mesma moeda.

Se há “dumping”, a importação fica, na prática, inviabilizada porque nenhuma outra empresa conseguirá concorrer com a Petrobras. Aquele é um aspecto da questão, o lado mais fácil de entender.

Mas há um outro ponto mais importante.

É o status de monopólio que a Petrobras continua tendo no mercado de derivados no País. A ANP não exerce nenhum tipo de acompanhamento da estrutura de custos da estatal e nem tem poder punitivo para eventualmente enquadrá-la se os números comprovarem prática abusiva de preços.

O acompanhamento da ANP é feito tendo como base informações que recebe semanalmente de todos os fornecedores com os preços realizados em nível de refinaria.

A agência faz uma comparação com o mercado internacional, incorpora a variação da taxa de câmbio e, assim, tem uma idéia de relação entre os preços internos e externos.

O governo acredita que o poder de monopólio da Petrobras será resolvido com a regra de livre acesso que obriga a estatal a disponibilizar toda a infra-estrutura portuária, desde que ociosa, para o uso de seus concorrentes mediante o pagamento de uma taxa de aluguel.

O modelo ideal, admitem até técnicos do governo, seria obrigar a Petrobras a se desfazer dos terminais e da estrutura de movimentação de carga nos portos. Um empresa privada de logística seria então criada com aqueles ativos, cuja propriedade poderia até ser dividida entre as várias empresas atuantes no setor.

A própria Petrobras, a rigor, ainda não se ajustou ao mundo da livre comercialização dos derivados. Precisa aprender a trabalhar com certa folga e programar melhor seus reajustes, para mais ou para menos. Não faz sentido ficar subindo ou baixando preços a cada mês, como podia fazer quando tinha a cobertura da PPE. ■

E-mail: mprado@gazetamercantil.com.br

*(Esta coluna sai todas as terças,
quintas e sextas-feiras).*